

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 159

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 29 DE OUTUBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH
1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO
2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI
1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI
2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME
3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES
4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA
5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Sérgio Spada
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Hermes Fonseca
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Cezar Silvestri

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Milton Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 109ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
29 DE OUTUBRO DE 2001**
(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Antonio Carlos Belinati.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zuchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Thiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeiro chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa defere e procederá à chamada nominal dos senhores deputados.

(**É procedida a chamada nominal dos senhores deputados**)

21 (vinte e um) senhores deputados responderam à chamada.

Em votação a Ata. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 049/2001

Curitiba, 24 de outubro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a permutar por área construída no próprio local da edificação a ser construída nos imóveis de propriedade do Estado do Paraná, constituídos pelas Matrículas nºs 10.389, denominado lote "B" correspondente ao lote fiscal 011.000, quadra 001, setor 32 do Cadastro Municipal, com 110,00m de frente para a Rua Deputado Mário de Barros, perfazendo a área de 12.265,00m² e nº 10.390, denominado lote "C" correspondente ao lote fiscal 010.000, quadra 01, setor 32, do Cadastro Municipal, com 61,90m de frente para a Rua Deputado Mário de Barros, perfazendo a área de 6.808,50 m², localizados no Bairro Centro Cívico e registrados no Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

A medida em referência, consubstancia o resultado de estudos conjuntos realizados pela Secretaria de Estado de Obras Públicas e Secretaria de Estado da Administração e da Previdência e consulta aos superiores interesses públicos, eis que virá ensejar condições no sentido de que, em futuro bem próximo, fiquem solucionadas e atendidas necessidades do Poder Judiciário, para utilização das áreas construídas, nas quais serão instalados órgãos que, indiscutivelmente, terão melhores condições para o exercício de suas relevantes funções.

A forma e os critérios propostos, que têm pleno respaldo legal e constitucional, foram indicados pelos técnicos que discutiram e analisaram o assunto, como a maneira mais adequada e, no momento, melhor indicada para atingimento dos almejados objetivos.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a permutar por fração ideal do solo e respectiva área a ser construída nos imóveis de propriedade do Estado do Paraná, constituídos pelas Matrículas nº 10.389, denominado lote “B” correspondente ao lote fiscal 011.000, quadra 001, setor 32 do Cadastro Municipal, com 110,00m de frente para a Rua Deputado Mário de Barros, perfazendo a área de 12.265,00m² e nº 10.390, denominado lote “C” correspondente ao lote fiscal 012.000, quadra 01, setor 32, do Cadastro Municipal, com 61,90m de frente para a Rua Deputado Mário de Barros, perfazendo a área de 6.808,50m², localizados no Bairro Centro Cívico e registrados no Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, pelos próprios imóveis.

§ 1º - A permuta será precedida de avaliação dos imóveis e de procedimento licitatório na modalidade de concorrência.

§ 2º - A edificação a ser construída deverá seguir rigorosamente o projeto básico e executivo já existente e de acordo com os parâmetros estipulados pela Comissão de Controle de Obras e Serviços do Centro Cívico.

§ 3º - A edificação a ser construída destinar-se-á ao Poder Judiciário.

Art. 2º - O volume mínimo de edificação construída a ser recebida em pagamento deverá ter valor expresso em moeda corrente, igual ou superior ao valor obtido na avaliação do imóvel, no percentual da área construída, assim distribuída:

- 1) quantidade de metros quadrados de áreas privativas dos 4º e 5º pavimentos;
- 2) número de vagas de garagem localizadas no subsolo;
- 3) quantidade de metros quadrados de áreas de uso comum, proporcionais às áreas privativas, incluídas no item 1 (pavimento interno, circulação, caixa d'água).

Art. 3º - O preço unitário por metro quadrado da obra será o orçado pelos órgãos competentes do Poder Executivo no projeto original, o qual resultará na área que o Estado do Paraná será proprietário, com averbação do prédio após a conclusão do mesmo e outorga da respectiva escritura pública de permuta.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar contrato de locação, pelo prazo de dez anos, a partir da data da entrega do imóvel, da parte edificada construída em excedente ao da área permutada.

§ 1º - O contrato de locação a que se refere o *caput* deste artigo poderá ser prorrogado pelo mesmo prazo.

§ 2º - Do edital de licitação deverá constar a obrigação de locação ao Estado do Paraná, da parte edificada construída, por excedente da área permutada, na forma e pelo prazo estabelecidos por este artigo.

§ 3º - O valor da locação deverá corresponder, nos primeiros 05 (cinco) anos, a 10% (dez por cento), em cada ano, do valor orçado para a edificação (art. 2º) e, nos demais períodos, fixado mediante consenso entre as partes, observados os valores praticados pelo mercado imobiliário.

Art. 5º - Para adequação dos ambientes ofertados ao futuro ocupante, será permitida redução de serviços de engenharia, sem alteração da área total, no montante máximo de 15% (quinze por cento) do valor original, cuja redução terá seu valor revertido e deduzido no percentual da área que o Estado do Paraná deva dar em pagamento.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3586

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do senhor Arlindo Buzo, falecido no dia 23 de outubro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 29.10.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 3589

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nassib Jabur, ocorrido no dia 26/10/2001, em Londrina, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 29.10.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Nassib Jabur era um importante empresário londrinense que tinha nas veias a paixão pela política.

Sua presença sempre foi marcante na vida pública não só da região de Londrina, mas de todo o Paraná. Apesar de nunca ter sido candidato a cargo algum, esteve envolvido em diversas campanhas. Atuou como coordenador das campanhas de Álvaro Dias e Roberto Requião.

Este companheiro de tantas batalhas nos deixou precocemente, mas certamente está ao lado do Criador, onde continuará seu trabalho de nos auxiliar e orientar.

REQUERIMENTO Nº 3599

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de voto de pesar à família enlutada do empresário Nassib Jabur, falecido em Londrina.

Sala das Sessões, em 29.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Paraná perdeu em data de 26 de outubro, um dos pioneiros da televisão no Paraná. Faleceu, aos 62 anos, vítima de enfisema pulmonar, o empresário Nassib Jabur.

Jabur era muito conhecido nos meios políticos do nosso Estado. Antes de ingressar no ramo do loteamento na cidade de Londrina, foi distribuidor lotérico do Norte do Estado e ocupou a Superintendência do Serviço de Loterias do Paraná - Serlopar, por 11 anos (de 1983 a 1994). Mas, apesar destes ramos de trabalho, a política era a sua maior vocação. Nunca candidatou-se a nenhum cargo, mas sempre esteve envolvido em campanhas eleitorais. Começou apoiando Paulo Pimentel, que se elegeu governador do Estado em 1965, e depois coordenou as campanhas de Álvaro Dias e Roberto Requião. Esse gosto pela política era coisa de família - seu irmão José Jabur foi prefeito do município de Porecatu por três vezes.

Jabur trabalhou também no ramo da comunicação. Foi diretor do Grupo Paulo Pimentel (do qual foi um dos fundadores) por mais de 15 anos no Norte do Paraná (TV Tibagi). Dirigiu também a TV Coroados de Londrina e comandou todo o processo de Jornal panorama editado em Londrina em 1974. Uma outra participação importante foi na diretoria do Londrina Esporte Clube.

O Paraná perdeu um grande homem - uma verdadeira referência do nosso meio político. Tinha inúmeros amigos, que angariou por conta de sua personalidade peculiar. À sua família enlutada (NJ Empreendimentos Imobiliários Ltda - Av. Higienópolis, 1504 - S-210 - Londrina/PR), os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3608

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do senhor Nassib Jabur, em função de seu falecimento no último dia 26 de outubro de 2001. Foi um homem que muito contribuiu para o desenvolvimento do Estado e muito honrou o Norte do Paraná.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Pio XII, 481, apartamento 09 - Centro - CEP 86.020-380 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 29.10.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 3611

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente

REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do senhor Nassib Jabur, ocorrido sábado último na cidade de Londrina.

Requer ainda, que se dê ciência deste requerimento à família enlutada na pessoa de José Jabur e Leila Gomes à Rua Pio XII, 481, 9º andar em Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 29.10.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O empresário Nassib Jabur era figura bastante conhecida nos meios políticos e empresarial. Apesar de jamais ter concorrido a cargo eletivo os amigos dizem que a política era a sua grande vocação, herança de família, vez que seu irmão foi prefeito de Porecatu por três mandatos.

Nassib Jabur foi diretor das emissoras de TV Tibagi e Coroados e também do jornal Panorama de Londrina.

Jabur estava internado há vinte dias no Hospital Mater Dei em Londrina em razão de uma pneumonia, tendo falecido por insuficiência respiratória no último sábado, deixando uma grande lacuna no seu vasto círculo de amigos.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 559/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha da Madrugada, com sede e foro na cidade de Palotina, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.10.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Agricultores da Linha da Madrugada, com sede e foro no município de Palotina, Estado do Paraná, foi criada em 28.08.91, com o objetivo de desenvolver programas e projetos nas áreas da Assistência Social, da Educação, da Cultura, do Esporte e Lazer, entre outros, visando o desenvolvimento integral do ser humano. A Associação em apreço, é pessoa jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, e está registrada sob nº 252 - Livro A-01 de Pessoas Jurídicas do Cartório de Registro Civil de Títulos e Documentos da Comarca de Palotina, e devidamente cadastrada no CNPJ nº 80.877.962/0001-62.

A Associação, além de desenvolver programas, visando a consecução de seus objetivos, coopera com organismos públicos e entidades congêneres, no desen-

volvimento de programas, projetos e serviços de interesse comunitário, especialmente àqueles voltados às áreas assistencial e educacional.

Face ao exposto, e considerando o que a entidade em questão se propõe a realizar em prol das pessoas carentes e considerando ainda o que dispõe a legislação pertinente, sendo estas as razões que motivaram a apresentação deste projeto, visando ajudar a entidade em epígrafe, organizar-se e requerer junto aos órgãos públicos, recursos visando a consecução de suas finalidades.

PROJETO DE LEI Nº 560/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção da Pequena Central Hidrelétrica - PCH de Salto Natal com eixo de barragem localizado no Rio Mourão, município de Campo Mourão - PR.

Art. 2º - A Construção da PCH - Pequena Central Hidrelétrica mencionada no artigo 1º desta lei, está condicionada ao cumprimento das normas ambientais emanadas pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.10.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A anuência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, constitui-se ato de extrema importância para a implantação da Pequena Central Hidrelétrica - PHC de Santo Natal, observando o que dispõe o artigo 209 da Constituição Estadual que determina; qualquer empreendimento para a geração de energia a ser instalado no Estado do Paraná deverá, antes da sua implantação, obter aprovação desta Casa de Leis.

Cabe salientar que a empresa investidora Brascan Energética S/A pessoa jurídica de direito privado, com endereço à Rua Padre Anchieta, 2.285 nesta cidade de Curitiba, capital do Paraná, tem cumprido rigorosamente com os ditames legais a construção desta Pequena Central Hidrelétrica (PCH) que terá uma potência instalada de 15 (quinze) megawatts.

Sobre o aspecto ambiental, constata-se que a Brascan Energética S/A já supriu todas as exigências do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, tendo realizado todos os estudos ambientais pertinentes, inclusive obtendo a licença prévia como a licença de instalação, demonstrando uma forte preocupação com a preservação do meio ambiente e já promovendo, inclusive, atos que buscam uma recuperação e preservação ambiental da região, como o apoio ao Parque Estadual do Lago Azul, em Campo Mourão.

A empresa também demonstrou que já obteve, previamente, a aprovação da Aneel para a implantação do empreendimento, através da Resolução nº 231, publicada em 13 de julho de 2.000, que coroou, com sucesso, o adequado e bem elaborado Projeto Básico para o empreendimento.

Os estudos mais recentes sobre a necessidade de expansão do parque gerador de energia no Brasil indicam que a taxa de crescimento da economia é um multiplicador de desenvolvimento, que acarreta fatalmente um maior consumo de energia elétrica, de tal sorte que cada 1% (um por cento) de taxa de crescimento da economia representa um crescimento na ordem de 1,7% (um inteiro e sete décimos por cento) do consumo de energia elétrica.

Um fator evidente disso é o atual descasamento entre a capacidade de geração e o consumo efetivo e potencial, que gerou a necessidade de que, inicialmente, as regiões centro oeste, nordeste e sudeste e, posteriormente, a região norte, assumissem o ônus de um racionamento de energia sob a égide, ainda, de possíveis cortes programados no seu fornecimento.

Nesse sentido, é função desta Casa Legislativa apoiar e promover o desenvolvimento econômico do Estado, que antes de tudo, passa pela criação de um ambiente com infra-estrutura condizente com este crescimento, entre elas a geração de energia elétrica, portanto há motivos plenamente justos e perfeitos para que este projeto receba todo o apoio por parte dos nobres pares, objetivando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 561/2001.

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Ministério Kerygma, com sede e foro no município de Ibiporã.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.10.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O Ministério Kerygma é associação beneficente e tem por objetivo atender crianças, adolescentes, adultos e idosos, inspirados nos princípios cristãos de solidariedade humana. Tem por finalidade precípua orientar as famílias na busca de soluções para os respectivos problemas.

Conforme dispõe o artigo 23 do Estatuto do Ministério, não há remuneração da diretoria ou distribuição de bonificações ou qualquer vantagem material a qualquer título.

O Ministério Kerygma foi fundado em 15.01.95, prestando serviços sociais voluntários, buscando sempre atender às pessoas mais necessitadas.

Neste ano de 2001, o Ministério tem prestado ajuda ao projeto “Prefeitura nos Bairros”, junto à Prefeitura de Ibioporã.

A atuação dos voluntários que se reúnem no Ministério Kerygma tem sido essencial para a população de baixa renda no município de Ibioporã, sendo que também alguns líderes comunitários de Londrina emprestam sua solidariedade a essa instituição.

PROJETO DE LEI Nº 562/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam isentos de pedágio no âmbito do território do Estado do Paraná, os veículos a serviço das entidades declaradas de Utilidade Pública Estadual.

Art. 2º - Para fazer jus ao benefício concedido por esta lei, a entidade deverá demonstrar sua condição de Utilidade Pública, bem como, prestar conta de suas atividades nos termos da lei.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 dias.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.10.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoioamento:

Hermes Fonseca e Ângelo Vanhoni

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela visa isentar os veículos de propriedade das entidades declaradas de Utilidade Pública Estadual do pagamento de pedágio, no âmbito do território paranaense.

O pedágio cobrado pelas concessionárias representa um valor muito elevado para tais entidades, que desenvolvem suas atividades com míseros recursos, contando quase que exclusivamente com o voluntariado para desenvolver seus trabalhos e sobrevivendo de doações da comunidade. O custo do pedágio, em muitas vezes, restringe a atuação e em alguns outros chega a inviabilizar a atividade de entidades que desenvolvam atividades em âmbito estadual.

Por outro lado, o impacto da isenção pretendida neste projeto de lei, seguramente não tem repercussão significativa na arrecadação das empresas concessionárias, pois estas trabalham com expressiva margem de lucro, e os beneficiários serão um pequeno número de veículos que transitam pelas rodovias do Estado.

Face ao exposto, certo da relevância social que esta medida representa, solicitamos aos nobres pares desta Casa, apoioamento ao presente projeto de lei, que seguramente é de grande alcance social.

PROJETO DE LEI Nº 563/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Clube de Mães São João Batista da Vila Sandra, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Mães São João Batista da Vila Sandra, localizado no bairro de Campo Comprido, nesta Capital, vem desenvolvendo um importante trabalho na comunidade onde está inserido.

Através do trabalho comunitário, a instituição vem desenvolvendo programas beneficentes, culturais e desportivos, além de programas recreativos e de natureza social, que incluem tardes de trabalho nas quais são realizados trabalhos artesanais que são posteriormente comercializados com o objetivo de angariar fundos que são revertidos na aquisição de cestas básicas e remédios para famílias carentes da região abrangida por aquele Clube de Mães.

A Instituição oferece ainda recursos e palestras educativas na área de higiene e educação sanitária, além de outras atividades recreativas e apóia campanhas do Ministério da Saúde, fazendo parceria também com a Prefeitura Municipal de Curitiba na realização de cursos de culinária para associados.

Por ser instituição sem fins lucrativos, com natureza social e educacional, o Clube de Mães São João Batista da Vila Sandra sobrevive de doações e campanhas, com a colaboração de todos os que verificam o grande alcance do seu trabalho e a dificuldade com que desenvolve suas atividades.

Pelo exposto, solicitamos que seja declarada sua Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 564/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a esta-
dualizar a Faculdade Internacional do Noroeste do Paraná -
Facinor, com sede no município de Loanda e a Fundação
faculdades Luiz Meneghel, com sede no município
de Bandeirantes.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado, tam-
bém, integrar a referida Faculdade Intermunicipal do
Noroeste do Paraná - Facinor e a Fundação Faculdades
Luiz Meneghel na Universidade Estadual do Paraná -

Unespar, criada pela Lei nº 13.283, de 25 de outubro de 2.001.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.10.2001.

(aa) HERMAS BRANDÃO E LUIZ ACCORSI
JUSTIFICATIVA:

A Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná - Facinor, com sede em Loanda, é mantida pelas prefeituras municipais da Região e oferece cursos de Letras, Administração e Pedagogia, sendo que a Fundação Faculdades Luiz Meneghel, do município de Bandeirantes, mantém os cursos de Agronomia, Medicina Veterinária, Ciências Biológicas com bacharelado e licenciatura, Enfermagem e Sistema de Informação com bacharelado e licenciatura.

Nada mais justo que as supracitadas faculdades sejam estadualizadas e incluídas na relação das faculdades que compõem na Universidade Estadual do Paraná, desonerando os cofres públicos municipais, no primeiro caso, e proporcionando melhores condições de aprendizado aos seus alunos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da mesma.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há quórum para decisão, mas temos para dar continuidade para a Sessão.

Deputada Luciana Rafagnin, no Pequeno Expediente.

O SR. NEREU MOURA

Quórum vai ter, na sequência.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Quero reforçar aqui um convite já feito pela Frente Sul da Agricultura Familiar, o qual realiza no dia de amanhã, a partir das nove horas, na sede do CEFET, um encontro com agricultores familiares. Esse encontro deverá contar com a presença de mais de 500 agricultores que estão sendo convidados e tem como objetivo tratar de dois assuntos muito importantes e que deixam a agricultura familiar com grandes preocupações: um, é a questão da baixa do preço do leite, já aqui discutido por outros deputados que me antecederam há dias atrás. O deputado Zuk falava, deputado Pessuti também comentava sobre essa baixa que teve o preço do leite. O outro assunto, é a questão da Portaria 56 do Ministério da Agricultura.

Quando falamos da baixa do preço do leite, é bom lembrar aqui que praticamente mais de 90% dos nossos agricultores familiares trabalham e sobrevivem com a produção do leite, que infelizmente teve uma grande queda, e nesse sentido, com toda a certeza, estão sendo muito prejudicadas as famílias dos pequenos agricultores.

Na busca de tentar saber o que realmente aconteceu, qual foi o motivo da baixa do preço do leite, os agricultores tiveram uma resposta por parte das agroindústrias que a justificativa seria por causa do apagão.

Isso, senhores deputados, na verdade não se justifica, porque, segundo os dados do IBGE, em agosto do ano passado o setor de resfriamento e preparação de laticínios teve, na sua atividade, 19.03% superior ao mesmo mês de agosto do ano passado. Considerando todo o ano de 2001, o setor teve um crescimento de 7.25%, o que não justifica, então, a desculpa do apagão.

Isso, senhores deputados, nos deixa uma grande preocupação do que podemos fazer para contribuir com os nossos agricultores ou com a nossa agricultura familiar. A preocupação é grande, pois sabemos que a queda do preço do leite trouxe e traz grandes prejuízos aos nossos agricultores.

Um outro assunto que assusta bastante os agricultores, principalmente os agricultores familiares, é a Portaria 56 do Ministério da Agricultura, onde ela provoca um processo de seletividade em toda a cadeia de produção, principalmente a da agricultura familiar, e atinge diretamente aqueles agricultores que trabalham, que produzem, que têm uma produção abaixo de 50 litros de leite por dia e esta medida, com certeza, vai atingir mais de 90 por cento dos nossos agricultores.

Por isso trará, com certeza, danos irreversíveis ao nosso meio rural. Nós já tivemos nos últimos quatro anos o desaparecimento de 40 mil pequenas propriedades, e se for colocada em prática essa Portaria 56, da forma que está, com certeza nós teremos o abandono do campo ainda maior por parte dos pequenos agricultores ou dos agricultores familiares.

Por isso, é importante a presença dos senhores deputados que têm uma certa preocupação com a agricultura familiar. É importante esta presença amanhã, a partir das 9 horas, no Cefet, aonde terá esse encontro promovido pela Frente Sul da Agricultura Familiar e aonde vão ser discutidas propostas de como nós, deputados, podemos contribuir para com os nossos agricultores.

Portanto, senhores deputados, é importante a nossa presença nesse encontro para ver qual pode ser a nossa contribuição para melhorar, qual pode ser a nossa participação na luta para melhorar o preço do leite dos agricultores, e também, sobre a nossa posição quanto à Portaria 56.

Muito obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O orçamento do Estado, que chega às nossas mãos, faz com que alguma coisa que ali está inserido seja por

todos nós analisado, principalmente no setor de educação e ainda mais em nível universitário.

Tivemos recentemente, por mãos deste presidente e por pedido dele feito a este Plenário, a criação de mais uma universidade que vem engrandecer as cinco já existentes no Paraná, universidade essa que está no embrião e poderá, no dia de amanhã, ser uma das grandes universidades do nosso Paraná. Não somos contra Londrina e muito menos contra Maringá e ainda não temos nada contra a Unioeste, mas sabemos, isto sim, que alguma coisa está errada. Quando colocaram a Universidade Estadual de Ponta Grossa em quarto lugar no orçamento do ensino universitário deste Paraná, S. Exa. o secretário Ramiro Wahftig e sua equipe, deve ter cometido algum engano. A Universidade de Ponta Grossa, da Região dos Campos Gerais, é uma das quais, através da atuação dos vários anos de sua existência, tem dado mostras do equilíbrio e principalmente da responsabilidade. Na Universidade Estadual de Ponta Grossa nunca foi necessário que o governo do Estado tapasse um buraco pela sua administração, que fosse por ela criado. Ponta Grossa, em todas as oportunidades, o Tribunal de Contas tem dado mostras de que os reitores anteriores e o atual têm procurado administrar com acerto, com responsabilidade, e acima de tudo, com decência.

Nós queremos, senhor presidente, senhores deputados, dizer que entraremos nesta Casa com uma emenda aonde vamos procurar restabelecer aquilo que é direito, aquilo que a cidade e a região merecem e que todo o Paraná é testemunha. Queremos que a Unioeste, que agora está iniciando os seus primeiros passos, cresça, se fortaleça e seja uma co-irmã das outras universidades, mas não admitimos, senhores deputados, que a Universidade Estadual de Ponta Grossa seja colocada, como se encontra, em um patamar que não condiz com aquilo que ela representa.

Neste instante, senhor presidente, senhores deputados, é que pedimos a colaboração, tanto dos companheiros da Bancada do povo, quanto dos companheiros da Bancada do Governo, para que possamos restabelecer essa discriminação que nos foi apresentada, através desse orçamento de 2002.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin. Tem cinco minutos.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Esta semana que passou, assisti pela TV Senado um importante pronunciamento do senador Osmar Dias, que relatava sua preocupação com a nossa biodiversidade. Dizia que a nossa riqueza natural sai da nossa Mata Atlântica ou de outra região do Brasil, e os pesquisadores, os grupos internacionais, se apoderam dessa nossa biodiversidade, para fabricar remédios, e depois, remeter

os remédios a dez, cem vezes a mais do que poderíamos estar elaborando aqui. Só que eles vêm aqui e colhem a nossa biodiversidade; já recebem dos nossos índios, nativos, informação para que serve esse ou aquele outro medicamento; ao que ele pode chegar. Ele recebe a primeira instrução e o Brasil, os brasileiros, não recebem nada por essa informação, fruto de uma convivência natural e harmoniosa, que essa gente tem com o nosso meio ambiente e com a nossa natureza.

Senhor presidente, senhores deputados, da mesma maneira venho relatando aqui, na tribuna e tenho me preocupado com esta questão, em relação à SPVS que é uma Ong associada com uma Ong americana, que está comprando áreas do nosso litoral do Paraná e está expulsando de lá a nossa população nativa, querendo se apoderar da nossa Mata Atlântica, sobretudo na questão de Antonina e de Guaraqueçaba. Eles compram e planejam, através de um projeto, de reaver esse dinheiro sobre o seqüestro de carbono.

O que mais eles querem? Querem explorar a nossa biodiversidade! Antes, eu dizia, através de discurso, por aquilo que eu tinha constatado, pessoalmente, e agora, através de projetos.

Vejam que o que eu dizia está se constatando hoje aqui, porque eu solicitei do Ibama o projeto da SPVS e aqui está ele, remetido pela SPVS, para explorar a nossa biodiversidade. Aqui está uma solicitação para que o Ibama dê autorização à SPVS para derrubar algumas árvores para exploração, para teste da nossa biodiversidade: pinha do brejo, pau-sangue, bocuva, embruçu, guaracá de leite, algumas árvores para teste.

Aqui eles dizem que a SPVS consorciada com a TNC, num projeto de 40 anos, para...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Consulta V. Exa. se usará o Horário da Liderança do PDT.

O SR. NEIVO BERALDIN

Sim, até porque me parece que vários deputados pretendem oferecer apartes.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedido por cinco minutos.

O SR. NEIVO BERALDIN

A SPVS já está começando a chamar a atenção dentro da sua devida proporção.

Veja bem, um especialista internacional, com experiência, com amostra, está aqui (mostra relatório), “técnicos da SPVS e da TNC...”. Está aqui. Não fui eu quem escreveu para o Ibama. Foi a própria SPVS que pediu autorização para o Ibama e foi a própria SPVS que elenca aqui que o seu parceiro é a TNC - com larga experiência no setor.

Então, além de estarmos assistindo à expulsão do nosso pequeno homem do campo, iludido por alguns

dólares que acabam, via de regra, nas grandes cidades e tendo então uma vida diferenciada daquela que tiveram ao longo do tempo, uma constatação oficial que efetivamente a SPVS está consorciada com a TNC, que é uma Ong americana que tem na sua direção o ex-vice-presidente americano Al Gore e que tem um convênio com essas Ongs internacionais por dez milhões de dólares para explorar a nossa biodiversidade ou para receber, um dia, muito mais do que investiu, em seqüestro de carbono.

O que é o seqüestro de carbono?

Segundo o Tratado de Quioto, a área que for credenciada através de uma certificadora, poderá seqüestrar carbono e vender esse seqüestro em qualquer Banco do Mundo.

Agora, se o Brasil, se os brasileiros têm uma riqueza natural, inigualável no mundo, por que é que não vão ter esse benefício de seqüestro de carbono? Por que é que os americanos, que representam 30% da poluição da nossa camada de ozônio, por que é que eles querem a adesão de que podem compensar com terras brasileiras, no Terceiro Mundo, a poluição que eles emitem lá?

Eles não querem investir em equipamento moderno para diminuir a poluição que eles mandam para o céu, mas querem comprar áreas baratas no terceiro mundo para compensar a poluição que eles emitem lá!

E como é que eles entram aqui? Estão entrando via algumas Ongs consorciadas com outras brasileiras, que se submetem a ser intermediárias, mas, não tenham V. Exa. dúvidas, a SPVS comprou terra no litoral onde já é área de preservação por lei. Ou alguém entende que é possível se fazer usucapião em cima da Mata Atlântica? O que é usucapião? Tem que ter uma obra edificada, tem que ter uma prova que alguém viveu e sobreviveu daquela terra! Como é que pode comprar usucapião em cima da Mata Atlântica? Cadê o certificado? Cadê a comprovação de titularidade da terra de lá? Cadê o Boticário, que pode provar isso? Queria saber: Fundação O Boticário, me traga uma prova que a fundação é titular da terra do Salto do Morato! Traga-me uma titulação da terra! Diga quem foi o posseiro que lhe vendeu! Como é que tem posseiro em cima de Mata Atlântica!

Cria uma RPN, Reserva de Patrimônio Natural em cima de uma terra pública, que é do Governo Federal. Ou que é de posseiro. Mas que posseiro, se é Mata Atlântica?

Então, o que falta é o senso de brasileirismo! O que falta é uma ação nacionalista! O que falta, é defendermos o que é nosso! O que falta, é colocarmos essa gente que está ganhando dinheiro fácil em cima da miséria do povo, no seu lugar!

Agora, é evidente, é a força do poder econômico, é a força do dólar! Mas contra a força do poder econômico se impõe a CPI do Senado Federal! A CPI do Senado Federal há de dar esse grito de brasileirismo, há de dar esse grito de alerta, que não podemos vender a nossa biodiversidade, não podemos deixar entrar nas nossas terras férteis, não podemos deixar invadir as nossas florestas,

sobretudo por aqueles países que já destruíram a sua riqueza natural, que é o caso dos americanos!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o senhor deputado Edson Strapasson.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente e senhores deputados.

Ao iniciar uma semana com certeza histórica e de muita tristeza para o Estado do Paraná, infelizmente nós vemos esta Casa, como dizia a imprensa na semana passada, que seria uma semana vazia, uma semana onde, segundo divulgações de alguns setores da imprensa, muitos de nós, deputados, especialmente aqueles da Base governista, não estariam neste plenário, porque nesta semana, infelizmente uma semana negra e triste o Paraná, poderá ver perdido o investimento, suor de quase 50 anos na construção da nossa Companhia de Energia Elétrica.

Com certeza, até o último momento, até o último segundo, estaremos juntamente com a grande maioria dos paranaenses rezando, lutando e fazendo aquilo que nos compete, para que não tenhamos jogado de maneira irresponsável até, uma grande companhia que com certeza poderia ser a grande esperança estratégica do Estado do Paraná, onde na época do apagão, na época da carência de energia, Copel, nas mãos do Governo que saberia usá-la em benefício do povo paranaense, com certeza seria uma grande alavanca capaz de impulsionar o desenvolvimento, a atração de indústrias, fornecendo uma energia que terá o seu preço liberado pelas diretrizes nacionais, e o Estado do Paraná, poderia caminhar na vanguarda nacional para que nós, aqui, pudéssemos dizer àqueles que querem vir ao Paraná - venham, serão bem-vindos, aqui nós temos energia, em abundância e com preço inferior à medida nacional!

Com certeza estaremos aqui, senhores deputados, na vigília, aqui, no Rio ou em qualquer local, para que possamos então fazer com que esta grande companhia não seja torrada para cobrir o rombo de um governo que tratou as finanças com irresponsabilidade!

Senhores deputados, gostaria aqui também, neste momento, de fazer o encaminhamento de um requerimento que estamos protocolando nesta Casa. Recebemos, através de um baixo-assinado de quase duas mil assinaturas, inclusive com pronunciamentos e pedidos especiais de crianças, de pré-escolares, que encaminho a esta Casa - que é realmente o fórum especial para todas as questões da comunidade, em todos os setores - para que nós, deputados, possamos conduzir os pleitos da nossa gente, daqueles que votaram em nós, para que estivéssemos aqui representando-os.

Nessa questão, gostaria de fazer o encaminhamento de um requerimento especial da comunidade da Escola Santa Cruz, aqui da região do Boa Vista.

Curitiba, que está encaminhando um abaixo-assinado, no desespero até, porque infelizmente, o clima que atualmente perneia todos os professores, pais e alunos na escola é de grande instabilidade, visto a determinação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que determina que as escolas de ensino fundamental, especialmente aquelas de 1ª a 4ª série, passem a ser municipalizadas, ou seja, todas as escolas do ensino fundamental que até então pertenciam à rede estadual, passem a ser administradas pelos municípios.

É evidente que nós entendemos até como correta tal deliberação, mas temos que avaliar questões especiais como essa, onde uma escola, a Escola Estadual Santa Cruz, que possui 260 alunos, atualmente funciona vinculada a uma creche que é administrada pelo Governo do Estado e acaba sendo uma propriedade alugada pelo governo do Estado. Segundo as notícias que correm na comunidade escolar, ela seria já a partir de 2002 municipalizada e seria fechada pelo município de Curitiba, tendo em vista que ela não funciona num prédio do município ou do Estado.

Desta forma, já no final do ano, iniciando o mês de novembro, às vésperas das matrículas escolares, senhores deputados, os senhores podem imaginar o clima de insegurança que existe na escola hoje.

Senhor presidente, para concluir, solicito o horário da Liderança do PMDB.

Assentimento.

Como eu dizia, a Escola Estadual Santa Cruz realmente há que ser vista com outros olhos, porque a escola mais próxima funciona a mais ou menos 3 quilômetros.

E o que pede aqui a nossa comunidade que hoje nos orgulha em receber, nesta Casa, temos aqui vários pais de alunos, a diretora Daisi Maria Lourenço, a presidente da APM, Marileide de Fátima Moura, que vêm juntamente com os pais, representar nesta Casa a solicitação para que somente no ano de 2003 tenhamos a municipalização da escola. Isso para que os pais, o próprio município de Curitiba, possam avaliar a questão regional, porque não é possível fechar uma escola, pura e simplesmente.

Mesmo que as diretrizes nacionais assim o digam, quero crer que o município de Curitiba, do prefeito Cássio Taniguchi, irá previamente fazer uma avaliação para que, ou se construir um próprio, específico, na região, para que esta escola continue existindo ou nós permaneceremos com ela em funcionamento até que outra situação seja alterada.

Então, é esta a questão que nos conduz, aqui. Estaremos encaminhando um requerimento à secretária Alcyone Saliba, para que ela possa, juntamente com o município de Curitiba, avaliar com cautela, esta questão, que com certeza merece nossa atenção.

Outra questão, senhores deputados, que gostaríamos de encaminhar, é exatamente algumas informações que têm colocado aos professores da rede estadual. E nós temos, no município de Colombo, professores da Escola

Estadual Zumbi dos Palmares e professores do Colégio Estadual Vinícius de Moraes, no bairro Monte Castelo, que são bairros distantes, onde o chamado pagamento adicional que se faz aos professores, pelo difícil acesso, como se diz popularmente, e que oficialmente chama-se local de exercício, onde o Estado paga um valor adicional no salário para cobrir as despesas, pela dificuldade de acesso de muitos professores, que muitas vezes se deslocam às regiões mais distantes, muitas vezes sem atendimento do transporte coletivo e que acabam recebendo juntamente, este adicional.

Infelizmente, nós estamos encaminhando também este requerimento à secretária Alcyone Saliba, para que se faça justiça e que todos os colégios que atendem a este requisito recebam, já que segundo a Secretaria, os colégios que iniciaram o funcionamento neste ano não receberiam e a alegação principal é realmente estranha, dizendo que a Lei de Responsabilidade Fiscal impede que este benefício seja pago. Evidentemente isto não condiz com a realidade, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal exige que o Governo atenda aos patamares, aos percentuais máximos de pagamento com pessoal, mas com certeza ela não acaba impedindo que se cometa, que se faça justiça, especialmente àqueles professores que se deslocam, em locais mais distantes, e que estão sendo injustiçados.

É neste sentido que estamos encaminhando.

E senhores deputados, para finalizar, dizer mais uma vez que é importante que esta Casa mantenha vigília, que tenhamos aqui sessões contínuas e que haja uma consciência por parte de todos, dos deputados, especialmente, para que compareçam a esta Casa, para que possamos ter aqui o diálogo, o debate, em relação à Copel. Se não tivermos aqui, o debate de ambas as partes, com certeza ficará evidente, ficará transparente mais uma vez à sociedade, que a questão Copel não deixa dúvida, porque não há contestação da Bancada do Governo, não há contestação sequer do cidadão do Estado do Paraná.

Portanto, a Copel deve ser preservada e esta Casa deve fazer seu papel em defesa do povo do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, vamos tentar em cinco minutos tratar de cinco assuntos.

O primeiro deles: é com pesar que registro na tarde de hoje, em meu nome e tenho certeza, da grande maioria dos senhores deputados, o falecimento de Nacib Jabur, ocorrido sexta-feira, sepultado sábado, em Porecatú. O Nacib era amigo de todos, um construtor de amigos. Foi um dos grandes responsáveis pela implantação, junto com Paulo Pimentel, da TV Tibagi, em Apucarana, da

TV Coroados, em Londrina e do jornal Panorama, também em Londrina.

É um amigo que vai trazer saudade para todos nós. Eu confesso a todos vocês que lamento profundamente, porque tinha nele, além de um companheiro político, um companheiro que muitas vezes procurava para bater um papo, porque era um estrategista da política e homem de uma grande visão do nosso Estado.

Então, o Paraná está de luto pela morte desse valeroso paranaense.

O dia de ontem, 28 de outubro, dia do Servidor Público. Certamente que muitas festas aconteceram. A ASPP, Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná, inclusive estamos com requerimento de congratulações, mas tenho certeza, também que no Paraná inteiro, foi um dia reservado a reflexões, à análise profunda da crítica situação que vive o servidor público do Estado do Paraná, que está há 7 anos sem ter um reajuste salarial digno, que possa a ele atribuir as reposições pelas perdas que aconteceram em seu salário, ao longo desse tempo.

Aqui na Assembléia mesmo, centenas, milhares de servidores aguardam e tenho a certeza que será resolvido, ainda este ano, a adoção de um plano de cargos, carreiras e salários, para que também aqui o servidor público possa ter um tratamento especial e não o tratamento que vem sendo dado hoje pelo Poder Executivo, aos seus servidores.

Cumprimento, portanto, aos servidores.

Outra coisa, senhor presidente, eu tenho que registrar. Não é do meu feito, mas eu tenho que registrar e lamentar a ausência, pelo menos até este momento, de cerca de 90% da Bancada Governista.

Eu vejo a presença do Edno Guimarães, Ademar Traiano, Basílio Zanusso, Antonio Belinati, Moysés Leônidas e V. Exa., presidente Hermas Brandão.

Lamento isso porque, desde a semana passada, nós estamos tentando, nós que eu digo, parlamentares desta Casa e em especial porque temos atuação nesta área, estamos tentando ver aprovada a redação final de uma mensagem do governador Jaime Lerner que trata da implantação do código de saúde no Estado do Paraná, que é uma reivindicação, não só da Secretaria da Saúde, mas dos mais diferentes segmentos da sociedade que atuam na questão da vigilância sanitária, que atuam nas questões de saúde.

É lamentável que a própria Bancada do Governo se ausente e não dê condições para que isso seja aprovado.

Num segundo momento, o projeto do deputado Valdir Rossoni, e eu até estranho que ele até o momento não esteja em plenário para ajudar a dar número para aprovar o seu projeto, que é o 431/2001, que trata do ajuste tributário, ajuste do ICMS na questão do leite.

A deputada Luciana Rafagnin até há pouco falava de toda a problemática que envolve o leite, a partir da propriedade familiar, a partir da agricultura familiar. E nós estamos assistindo o Paraná ter prejuízos todos os

dias, por causa da dificuldade de se competir com outros Estados que fizeram a reformulação tributária, em cima do ICMS do leite, zerando a alíquota e permitindo que o leite do Paraná, industrializado aqui, pudesse competir em centros consumidores como São Paulo e Rio de Janeiro. O que não acontece hoje e lamentavelmente a Bancada do Governo se ausenta do plenário e certamente nós teremos dificuldades para aprovar no dia de hoje este projeto.

Finalmente, senhor presidente, a questão da Copel.

Goiás conseguiu a tutela antecipada e suspendeu lá o leilão da Companhia de Energia de Goiás.

Minas Gerais promulgou uma emenda à Constituição, editou legislação, obrigando que a venda da CEMIG seja precedida da realização de um plebiscito. E aqui no Paraná? O que é que nós estamos vendo?

A Bancada do Governo, sequer se dispõe a vir ao plenário para continuarmos debatendo a oportunidade ou não de se vender a Copel. Estamos aqui todos os dias falando que não devemos vendê-la, principalmente por esse preço vil que se anuncia. Os próprios interessados na venda da Copel estão pedindo para não se realizar outro leilão agora. Todos estão pedindo. Apenas, infelizmente, o governador Jaime Lerner, o secretário Ingo, o secretário Miguel Salomão e alguns parlamentares insistem que a Copel deva ser vendida no dia 31.

Entendo que deveríamos refletir um pouco mais, porque em todos os outros lugares, as Assembléias, os governos e a Justiça estão tomando providências para impedir que empresas como a Copel sejam vendidas!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados, cidadãos do Paraná que hoje se encontram nesta Casa e, com certeza, vieram até estimulados pela possível discussão que deve interessar a todos os paranaenses, que é a Copel.

Fomos surpreendido pela imprensa hoje, quando lendo o edital de pré-qualificação da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, encontramos três empresas pré-qualificadas para a participação do leilão no dia 31, quarta-feira, na praça do Rio de Janeiro.

Houve-se muita discussão, dizendo do interesse que a Copel era uma empresa que foi valorizada pela participação deste governo. Foi colocada no mercado acionário, portanto ela passou a ser uma empresa atrativa, no ponto de vista da sua privatização.

Entretanto não é o que se verificou, porque um leilão que inicialmente contava com onze empresas, entre nacionais e internacionais, com a disposição de comprar a Copel, hoje, de fato, temos só duas. Tactebel - empresa belga; empresa Vale do Rio Doce, o consórcio de interesse entre Votorantin, Bradesco e Camargo Corrêa, que

formam o consórcio Maromba. O maior empresário deste País vem insistentemente afirmando através da imprensa, que se não for adiado o leilão de venda da Copel a empresa Votorantin se retirará do leilão. Hoje temos mais uma empresa acreditada na pré-qualificação na Bolsa de Custódia, a Beta.

É interessante, ao menos que o líder do Governo possa responder este deputado, não conhecemos. Vamos vender uma empresa, a melhor do sistema elétrico nacional e não conhecemos, na totalidade, os concorrentes. E não são muitos. Aí me dá o direito, como dá o direito de qualquer paranaense, de entender que essa outra empresa está sendo colocada; está sendo pré-habilitada; simplesmente, para dar legalidade, fachada de legalidade ao leilão que possivelmente se pretende realizar no dia 31, no Rio de Janeiro.

Este é o estado que nós chegamos para poder fazer a liquidação de um dos melhores patrimônios que o povo do Paraná construiu. Dizia aqui o deputado Orlando Pesutti, do falecimento de um companheiro nosso, Nacib Jabur, ao qual me associo à sua família pelo passamento.

Mas, o Nacib um homem idealista, um homem de presença, um paranista de melhor cepa; com certeza foi desta sem ter que ver a Copel sendo entregue. Foi de entre nós sem ter que ver o vexame que a sociedade paranaense vai passar quando fizer a entrega por menos de dois bilhões de reais, se isto vier a fazer.

Mas ainda acredito em algumas ações que Fórum está propondo e uma ação, especialmente, do senador Álvaro Dias, que está tramitando, só que tramita na Justiça Federal, porque, com relação à Justiça do Estado do Paraná, perdemos a condição de acreditar que ela possa de alguma forma fazer justiça a este caso, porque quando um desembargador coloca na sentença e assina embaixo, que deixa de acolher porque vai trazer prejuízo ao Paraná a sua não venda...

Ora, o que está acontecendo com a entrega da melhor empresa, se não é um grande prejuízo ao povo do Paraná e à nossa economia e a questão estratégica para que pudéssemos no futuro inserir o desenvolvimento deste Estado?

E é por isso que esperamos na Justiça Federal aquilo que não encontramos na Justiça de nosso Estado.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Encerrado o Horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta a liderança do PL, PSL, PPB.

(**todas declinam**)

Consulta a Liderança do PT.

Com a palavra, o deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, senhores deputados:

Uso o tempo da Liderança do PT nesta tarde pura e simplesmente para registrar oficialmente a nota do Partido dos Trabalhadores contra a privatização da Copel.

(**Lê**):

“Contra a Privatização da Copel

Apesar dos resultados desastrosos das privatizações no setor elétrico, materializado no racionamento de energia em quase todo o território nacional e no apagão propriamente dito imposto ao Nordeste, através dos feriados prolongados, o governo do Paraná insiste em privatizar a Copel, por um valor quase simbólico, de R\$4,3 bilhões quando é sabido que o patrimônio da empresa vale muito mais que isso.

Não bastasse esse forte indício de negociata, o lucro da Copel, no ano passado, foi de R\$430 milhões, 10% do preço mínimo estabelecido pelo governo Jayme Lerner para privatizar a empresa o que constitui outro forte indício de intenções condenáveis e representa um insulto à população do Paraná que, em sua grande maioria (93%) é contra a liquidação desta estatal.

O PT conclama todas as forças políticas, econômicas e sociais a se unirem para impedir a privatização da Copel, e reafirma sua disposição de continuar agindo nas ruas, nos tribunais e no Congresso Nacional para derrotar a política insensata de privatizações implementadas sob o governo FHC.

O PT anuncia finalmente, caso venha a vencer as próximas eleições, sua disposição de reverter a privatização da Copel, se ela vier a se concretizar, e convida os demais candidatos de Oposição a assumirem o mesmo compromisso.

Brasília, 26 de outubro de 2001.

(aa) DEPUTADO JOSÉ DIRCEU

Presidente do PT

DEPUTADO WALTER PINHEIRO

Líder do PT na Câmara

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Presidente de Honra do PT

SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA

Líder do PT no Senado”

Portanto, senhor presidente, vou entregar essa nota ao serviço de taquigrafia, para que seja registrada nos anais desta Casa, e reafirmando a posição do nosso partido no Estado do Paraná, também de forma igual a esse manifesto que o PT em âmbito nacional, fez contra a privatização da Copel.

O Sr. Neivo Beraldin

Permite-me um aparte?

(**Assentimento**)

Muito obrigado, deputado Hermes Fonseca. Fico feliz em ver, em assistir V. Exa. na tribuna, colocando uma posição nacional do PT em relação à Copel.

Acho que é uma posição lúcida, é objetivo claro de mais de 90% do povo do Paraná, de não ver a Copel nas mãos de um grupo estrangeiro.

E se me permite V. Exa. neste aparte, também quero registrar que o nosso senador Álvaro dias também firmou esse compromisso em cartório, em sendo eleito governador do Paraná, vai me mandar um empenho sem precedentes, para anular esse ato que ele entende como ato nulo de governo, porque é lesivo à população.

Então, estamos sob hipóteses. Essas duas hipóteses são oficiais. Tanto o PT, como diz V. Exa., como o nosso candidato senador e futuro governador, se Deus quiser, Álvaro dias, também com o mesmo compromisso.

Muito obrigado!

O SR. HERMES FONSECA

Eu agradeço o seu aparte, deputado Neivo Beraldin, e digo e reafirmo a mesma disposição do partido, aqui no Paraná, de assumir a mesma postura, caso vencamos as eleições.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

PPB, PFL, PTB, PPS, Liderança da Oposição, Liderança do Governo.

O Algaci também está inscrito pelo PSDB.

Senhor Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhores deputados:

Antes de mais nada, dizer que hoje temos a oportunidade de comemorar os 25 anos de uma empresa jornalística do nosso Estado do Paraná, o jornal "Indústria e Comércio", do companheiro Odone Fortes Martins, que nessa data completa 25 anos de trabalho, e que eu gostaria de cumprimentar desta tribuna.

E dizer ainda que, ouvindo os companheiros que me antecederam, gostaria de realçar o que já foi dito inúmeras vezes, mas que o Governo não se apercebeu e agora está notando quem efetivamente, o que ele não quis fazer, a economia, a iniciativa privada vai realizar.

Nós dizíamos desde o início que era uma tolice do Governo ele verticalizar a privatização da Copel.

Na verdade ele mandou uma lei até esta Casa, desmembrando a Copel em algumas empresas e na hora de vendê-la, quis vender em bloco. Maior tolice não poderia haver, e esta tolice hoje, a iniciativa privada demonstra.

Está aí um consórcio formado pela Vale do Rio Doce, pela Votorantin e pela Tractebel, que dizem exatamente que irão fazer isso: uma vai ficar com a distribuição; outra, com a transmissão e outra, com a geração.

Então o que dizíamos ao Governo, que ele fazia errado, cometia um engano muito grande em tomar esse tipo de atitude, mas infelizmente o doutor Ingo Hubert não tem por prática escutar nem a população do Paraná,

que é contra a venda da Copel, nem ninguém que possa contrariá-lo nas suas afirmativas.

Vejam os senhores que o outro grupo que aparece, do Grupo Garantia, para participar de uma privatização apenas para tentar dar característica que haveriam dois grupos, é um grupo especialista justamente em fazer isso: comprar por preço baixo empresas que estejam pré-concordatárias ou já em dificuldades financeiras, dividi-las entre imóveis, a parte de negócio, o maquinário e ir vendendo aos pedaços. É exatamente o outro grupo que participa.

Então, temos um grupo que, efetivamente, pode ter algum interesse em energia, e esse grupo diz que vai dividir a Copel e vai vendê-la em partes, e vai participar dela por partes. Temos um outro grupo que vem apenas interessado no negócio; não vem aqui investir em energia, deputado Belinati, não vem aqui fazer nenhum esforço para que o Estado do Paraná continue a ter uma boa empresa de matriz energética e apenas quer comprar um negócio para vender, aí sim, talvez uma usina para "A", outra para "B", outra para "C" e por aí adiante.

Vejam os senhores que todas as denúncias que formulamos nesta Casa são verdadeiras e se comprovam neste momento em que o Governo não aceita, em hipótese alguma, o que ele diz, não aos deputados de Oposição desta Casa, não apenas à população do Paraná, mas ao próprio Mercado Financeiro, que ele comete uma tolice, que traz um grande desastre, traz um grande prejuízo ao Paraná, quando ele continua a insistir, de forma errônea, em vender a Copel. Vejam os senhores, que esta forma, o próprio mercado está a dizer que está errada, tanto é que o grupo mais sério, que pode até trabalhar na área de energia, divide a Copel e o outro, então, vai retalhar toda a Copel para vendê-la.

O que é pior, deputado Rossoni e companheiros que estão aqui, o que é pior, deputado Traiano, é que dentro da venda da Copel uma série de negócios não foram avaliados: não foi avaliado a Tradener; não foi avaliada a parceria com a RWE, que traz a possibilidade, a todas as casas, de termos a internet ligada diretamente através da rede da Copel; as infovias não foram avaliadas. Toda essa capacidade de se levar dados através de uma banda larga a todos os pontos do Estado do Paraná, nada disso faz parte da avaliação da Copel.

Então, senhores, na verdade, é uma verdadeira farsa que o doutor Ingo Hübert montou para o Estado do Paraná; é uma grande débâcle do dinheiro paranaense, é a entrega de uma empresa sem o menor cuidado para o que vai acontecer com o dia seguinte paranaense. Então, é lamentável, é uma pena que infelizmente tenhamos denunciado, aqui, por meses e meses, mas isso não tenha calado junto ao Governo, que preferiu fazer ouvidos de mercador e vender a Copel na forma como desejava.

O Sr. Edson Strapasson

Concede-me um aparte, deputado?

O SR. MARCOS ISFER

Pois não, deputado Strapasson.

O Sr. Edson Strapasson

Deputado Marcos Isfer, queria cumprimentá-lo pela sua colocação brilhante e aquilo que já estamos cansados de dizer, até questionando a sistemática de avaliação da Copel, dessa grande Companhia, que na verdade foi um processo que não foi transparente, houve uma avaliação que nós, não sabemos exatamente o que foi avaliado.

Se formos hoje penar em construir uma empresa desse tamanho, com essa rede sem pensar no negócio, sem pensar de quanto vale ter em mãos quase 3 milhões de usuários no Paraná, quanto vale ter em mãos energia em abundância em um momento de crise, sem levar essa consideração, quanto vale a concessão pública, nós estamos aqui avaliando apenas o patrimônio, o patrimônio real, não aquele que aparece no sistema contábil, que muitas vezes já está depreciado pelos números, mas que em termos reais custaria muito mais até do que foi o valor original quando lançado contabilmente o custo das usinas, das redes de transmissão, linhas de transmissão, enfim, toda essa infra-estrutura e algo, as companhias que foram criadas, onde a Copel tem participação, com certeza é um grande negócio, muito obscuro, eu diria, infelizmente uma grande negociata que nós vamos entregar tudo isso sem saber exatamente o que estamos entregando em termos de valor material, pelo patrimônio que existe.

Infelizmente esta Casa, até numa semana derradeira, semana importante, deveria estar aqui debatendo, questionando para que tivéssemos pelo menos o debate para que aqui eles não venham dizer depois que não sabiam ou que não imaginavam.

Com certeza as suas palavras vêm aqui registradas nos Anais, deixar claro que nós falamos e nós debatemos, e infelizmente o Governo é o pior surdo, é aquele que não quer ouvir.

O SR. MARCOS ISFER

Agradeço o seu aparte, deputado Edson Strapasson.

Quero dizer que é exatamente o que V. Exa. coloca: infelizmente o Governo não quis ouvir em momento algum o que estava se passando. Infelizmente não contamos hoje aqui com a Bancada da Situação para debatermos profundamente esse assunto. Várias vezes foram feitos alertas, quantas “mumunhas”, “mutretas”, maracutaias foram levantadas, mas infelizmente ninguém quis apurar. Quantas vezes foi levado até o doutor Ingo que a forma como ele propugnava a venda da Copel estava equivocada, mas apenas outros interesses valeram neste momento, e não os interesses da população.

Eu quero parabenizar a Bancada do PT pela nota entregue a esta Casa e dizer-lhes que, da parte do PPS, Ciro Gomes já havia proposto isso, e já tem o compro-

misso e também solicitou a Itamar Franco, um provável candidato do PMDB à Presidência da República, que fizesse coro. E desses três principais líderes oposicionistas, hoje, brasileiros, já há o compromisso efetivo de, se porventura esse leilão vier a ocorrer, que nós até acreditamos que possa não ocorrer por falta de interesse no dia 31, nós vamos ter, então, a última possibilidade, que é efetivamente elegermos brasileiros que tenham a preocupação não só com o aspecto estratégico da energia para o Brasil como para o Paraná, também.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Com a palavra o deputado Algaci Tulio, no Horário da Liderança do PSDB.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, primeiramente quero dizer da minha satisfação de ter participado ontem pela manhã dos festejos do Dia do Servidor Público, festejo esse proporcionado pela Associação dos Servidores Públicos do Estado do Paraná, a ASPP, pela ocasião do encerramento dos quinquagésimos jogos dos servidores públicos que foi conquistado geral pela Polícia Militar, e como vice-campeã a Prefeitura Municipal de Curitiba. Foi um momento também que a ASPP, comandada pelo seu presidente Brasil Paraná de Cristo entregava mais uma benfeitoria ao seu quadro de mais de 50 mil associados, que era a piscina térmica, inaugurada ontem pela manhã, de primeiríssima qualidade, e que de forma extraordinária enriquece o patrimônio da nossa ASPP.

Ontem tive o prazer de representar a Assembléia Legislativa nesse evento, ao lado do vice-prefeito Beto Richa, ao lado do deputado Marcos Isfer, vereadores de Curitiba e dos servidores públicos que pelo menos tiveram essa alegria no seu dia de servidor público, porque em termos de salário, lamentavelmente, nós, usando da palavra, dizíamos também isso, que apenas a ASPP faz a alegria no Dia do Servidor Público, fazendo a entrega de uma benfeitoria extraordinária, porque lamentavelmente há sete anos não se vê falar em aumento salarial.

Mas quero também, senhor presidente, falar hoje da Copel e lembrar que a Copel, na última sexta-feira, comemorou 47 anos de existência, ela que foi constituída no dia 26 de outubro de 1954 pelo governo estadual que criou a Companhia Paranaense de Energia Elétrica a Copel. Criada nesse dia 26, ela completou sexta-feira 47 anos, aniversário da empresa; acontece poucos dias antes da sua possível privatização num preço mínimo de 5 bilhões de dólares.

E aqui, o jornal O Estado do Paraná, de sexta-feira, traz um resumo da história da nossa Copel falando da sua transmissão, falando da geração, falando das telecomunicações, falando das suas participações.

Mas eu quero também hoje falar aqui de um outro fato inédito conseguido pela Copel nos momentos que antecedem a sua possível retirada das mãos do povo do Paraná.

Muitos podem dizer - mas que história é esta da Copel ser nossa? Por que é que a Copel é nossa, se ela me cobra energia elétrica, se ela me cobra todos os serviços? A Copel é nossa por um efeito paranista, por ter sido criada por nós paranaenses, e, conseqüentemente, ser do povo do Paraná. Não é por ser nossa que ela não tem que cobrar a conta de energia, não tem que cobrar a extensão da rede de transmissão. Ela é nossa porque é paranista, é de nós paranaenses. E nós paranaenses temos orgulho da nossa Copel, orgulho de uma Copel que consegue prêmios extraordinários.

A Copel vem recebendo os mais importantes prêmios nacionais pela qualidade de seus serviços, entre eles foi considerada a melhor distribuidora de energia elétrica do Brasil em 2001, pela Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica, a Abradise. Também em 2001 a Copel recebeu o prêmio Top Social da ADVB 2001. No ano passado foi considerada a melhor distribuidora de energia elétrica do Brasil pela Agência Nacional de Energia Elétrica, a Aneel.

Além das tradicionais unidades de negócios envolvendo geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a Copel está oferecendo oportunidade de negócios em tecnologia de informações e telecomunicações. E, na última quinta-feira, para massagear o meu ego e certamente dos demais 25 companheiros que votamos contra a venda da Copel, com a presença respeitosa da primeira dama, D. Fany Lerner na mesa principal, nós tivemos lá no centro dos Trabalhos, no Cietp, na Avenida das Torres, uma solenidade programada pelas mulheres de negócios do Paraná, o 4º prêmio empresarial Bip W - Curitiba 2001, com a presidente Maria Inês Borges da Silveira, e com uma comissão julgadora que analisou 12 empresas do Paraná que participaram para concorrer a este 4º Prêmio Empresarial, Bip W, e dentre elas estava a Copel.

Pois bem. A Copel foi a ganhadora, foi a primeira colocada no projeto Luz das Letras. Aliás, eu acompanhei aqui um tempo atrás, um dos senhores deputados falando que a Copel não tem nada na ação social, não investe no social, não investe no cultural. Eu tenho um relatório da Copel e poderia citar um por um dos eventos que a Copel promove a nível cultural, esportivo, social, enfim, de todas as áreas. E desta vez este projeto Luz das Letras é exatamente em cima do alfabetismo - Junte-se à Copel no desafio de deletar o analfabetismo no Brasil.

O projeto, uma proposta pedagógica que alfabetiza jovens e adultos utilizando a informática que é a ferramenta principal. O professor é um facilitador; o aluno um colaborador ativo. O conteúdo é focado e trabalhado de forma interativa e contextualizada. A informação é transformada em conhecimento significativo e isso é perceptível no comportamento dos alunos, após participarem do projeto. Educar para a conscientização, reduzindo o digital de vidro. Esse foi o prêmio que a Copel recebeu, na última quinta-feira, como primeira colocada, ficando em segundo lugar a Empresa Águas de Ouro Fino e em terceiro lugar, a Empresa Votoran, lá do Rio Grande de Sul.

Portanto, no “apagar das luzes”, do dia em que vamos ter o leilão, no Rio de Janeiro, a Copel continua dando orgulho da sua existência, para nós, paranaenses, nos seus 47 anos.

Eu e muitos companheiros temos aqui ainda esperanças, que outras ações movidas nos tribunais, a nível de Estado, a nível Federal, possamos ainda segurar a realização desse leilão, marcado para a próxima quarta-feira.

Tenho esperança também, senhores parlamentares, nós, que votamos contra a venda da Copel, que no ano que vem, estaremos aqui comemorando os 48 anos da Copel, ainda nas mãos dos paranaenses, que queremos ver cada vez mais o desenvolvimento deste Estado, com uma empresa de orgulho extraordinário, como é a nossa Copel.

Se eu fosse candidato a governador, pelo meu partido PSDB, quem sabe eu também estaria divulgando uma nota, que se vencendo as eleições eu também reverteria a situação da Copel. Como não sou candidato acho que o candidato será o nosso presidente Hermas Brandão ou o nosso vice-presidente de Curitiba - Beto Richa - espero que o meu partido também, o PSDB, antes do leilão também tome uma posição.

Faço isso como militante agora do PSDB, para que este tome uma posição.

Antes do leilão temos prazo, hoje, amanhã ainda, para que se tire uma nota do PSDB. Se o PSDB fizer o futuro governador, certamente vai reverter a questão da Copel.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria dos senhores deputados Hermas Brandão e Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, com apoio dos deputados Hermes Fonseca e Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 083/99, de autoria do deputado Beto Richa, que assegura o fornecimento gratuito de medicamentos e insumos destinados ao tratamento e controle do diabetes. **Aprovado. (Publ. no DA nº 140/2001, de 03/10/2001, em Substitutivo Geral).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 444/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/97, que dispõe sobre o Código de Saúde do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 158/2001, de 25/10/2001, em Redação Final).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 232/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que prorroga por mais cinco (05) anos os efeitos da Lei nº 10.062, de 16 de julho de 1962, cessão de imóvel à Apadehd. **Aprovado. (Publ. no DA nº 074/2001, de 05/06/2001).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 318/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o parágrafo único do artigo 1º, da Lei nº 13.229/2001, que criou o Núcleo Regional de Educação de Ibaiti e dá outras providências. Em anexo o Projeto de Lei nº 334/2001. **Aprovado. (Publ. no DA nº 103/2001, de 07/08/2001).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 370/2001, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Novo Itacolomi - APMI, com sede e foro no município de Novo Itacolomi. **Aprovado. (Publ. no DA nº 131/2001, de 27/08/2001).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 413/2000, de autoria do deputado Antonio Anibelli, a atual Rodovia do Café passa a denominar-se: Rodovia do Café Governador Ney Braga. **Aprovado. (Publ. no DA nº 121/2001, de 10/09/2001).**

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 429/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que declara de Utili-

dade Pública a Associação Santo Inácio de Loyola, da cidade de Serranópolis do Iguaçu. **Aprovado. (Publ. no DA nº 124/2001, de 12/09/2001).**

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 430/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas Querência Nova, da cidade de Matelândia. **Aprovado. (Publ. no DA nº 124/2001, de 12/09/2001).**

ITEM 09

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 431/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que dispõe sobre alterações à legislação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

Emendas das CCJ - **Aprovadas.**

Projeto - **Aprovado.**

O Projeto irá à Redação Final.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 377/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que institui no calendário de eventos do Estado do Paraná, o Dia de Lembrança dos Heróis e Mártires da Segunda Guerra Mundial. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 377/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 377/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo instituir no calendário de eventos do Estado do Paraná, o Dia de Lembranças dos Heróis e Mártires da Segunda Guerra Mundial.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Esta comissão, chamada à manifestação de acordo com o parágrafo 7º do artigo 33 do Regimento Interno, nada encontrou que pudesse obstar sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Do exposto, opina esta comissão favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24.10.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
WALDYR PUGLIESI - Relator

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 378/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/2001, que objetiva transferir o município de Saudade do Iguaçu, da jurisdição da 20ª Região Administrativa, com sede em Laranjeiras do Sul para a da 14ª Região Administrativa, com sede em Pato Branco. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Quero registrar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente só para registrar o meu voto contrário ao item 11º da pauta (2ª Discussão do Projeto de Lei nº 378/2001): o deputado Pessuti também pede para que registre seu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 032/2001, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição nº 085/2001, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - mês de setembro de 2001 - Resolução nº 15, de 19.06.92. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 018/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar o Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, com sede em Dois Vizinhos e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC. (Publ. no DA nº 002/2000, de 16.02.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 18/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do nobre deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, autoriza o Poder Executivo a criar e instalar o Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, com sede no município de Dois Vizinhos-PR.

Chamada esta comissão a se manifestar, verificou-se que a matéria em tela, por possuir caráter autorizatório, atende aos dispositivos legais.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.06.2001.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 18/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar o Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, com sede no município de Dois Vizinhos.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças entende que a criação do referido Núcleo Regional tem como objetivo solidificar a cidade de Dois Vizinhos como um novo pólo de desenvolvimento sócio-econômico na Região Sudoeste.

A criação do Núcleo Regional ampliará a estrutura de atendimento, contribuindo para o desenvolvimento regional.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 18/2000.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.2001.

(aa) **ADEMIR BIER** - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 18/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do nobre deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, tem por objetivo autorizar o Governo do Estado do Paraná a criar o Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, com sede em Dois Vizinhos e dá outras providências.

Chamada esta comissão a se manifestar, e após obter pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, vez que a criação do Núcleo Regional ampliará a estrutura de atendimento, contribuindo para o desenvolvimento regional.

Sendo assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.10.2001.

(aa) **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**
Presidente e Relator

Em votação.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Solicito verificação de votação.

O SR. DURVAL AMARAL

É o item 13, senhor presidente. Havia sido retirado na semana passada. Há pedido de arquivamento deste projeto, salvo engano.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Mas nem só por causa do item 13º que, aliás, nem deveria estar na Ordem do Dia, mas para deixar registrado mais uma vez que a minoria está dando condições de funcionamento para a Assembléia Legislativa.

Reitero o pedido de verificação de votação.

O SR. DURVAL AMARAL

A propósito, senhor presidente, da minoria da Situação e da minoria respeitosa da Oposição, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O deputado Waldyr Pugliesi solicitou verificação de quórum.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito a chamada nominal pelo senhor deputado Orlando Pessuti, solicito do senhor 1º secretário, deputado Moysés Leônidas, para que faça a chamada dos senhores deputados.

O SR. NEREU MOURA

A Oposição está em maioria aqui, senhor presidente. Pela primeira vez, somos a maioria aqui no Plenário!

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Moysés Leônidas**)

(**Faz a chamada nominal dos senhores deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vinte e quatro senhores deputados presentes. Não há quórum para decisão.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, algum tempo atrás, tínhamos aprovado um requerimento aqui na Casa, convocando o secretário do Meio Ambiente, Hitoshi Nakamura, para que viesse na Assembléia Legislativa para falar sobre os Jogos Mundiais da Natureza. Como ele não compareceu no plenário, não foi localizado naquela época, estamos reformulando o convite para que ele venha na segunda-feira às 10h00 da manhã, na Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, que vai começar um trabalho sobre os Jogos Mundiais da “Safadeza”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3586, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3589, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3599, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3608, de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3611, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 431/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 018, 150 e 373/2000; 063, 079, 265, 323, 337, 349, 465, 480, 501, 506 e 535/2001.

Levanta-se a Sessão.